

# ***Carta prevê inflação de um dígito só em dezembro de 1992***

PAULO SOTERO

WASHINGTON — A economia brasileira não crescerá no ano que vem, mas o dinheiro poderá valer mais, com uma queda gradual da inflação, do nível atual de 25%, para um número de um dígito em dezembro. Com as contas públicas saneadas, a dívida externa renegociada e a expectativa inflacionária finalmente quebrada, o Brasil retomará o rumo do crescimento em bases sadias: o PIB aumentará 3% em 1993 e 5% em 1994.

Esse é o cenário embutido no programa de ajustamento econômico que o governo brasileiro concluiu com o Fundo Monetário Internacional, em Washington. O secretário de Planejamento, Pedro Parente, que liderou a missão negociadora brasileira, anunciou ontem que a carta de intenção que o governo deverá enviar ao FMI, na próxima semana, "está concluída em suas decisões fundamentais". Hoje serão acertados os detalhes técnicos sobre a trajetória da expansão dos meios de pagamentos no período do acordo, do qual depende a fixação de metas trimestrais específicas do programa.

**Volta** — Parente volta a Brasília hoje ou amanhã levando a carta de intenção e o memorando técnico do acordo. Segundo ele, os dois documentos passarão ainda pela revisão final do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, antes de serem formalmente enviados ao Fundo.

Acompanhados pelo embaixador em Washington, Rubens Ricupero, Parente e outros funcionários se encontraram ontem cedo com o subsecretário do Tesouro americano para informá-lo sobre o acordo. "Sentimos uma vontade de cooperação muito grande da parte dele", disse Parente. No início da noite da quinta-feira, eles tinham se reunido com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, que se comprometeu analisar os documentos rapidamente. Embora o desejo da equipe econômica seja o de ter o acordo assinado até o fim do ano, o mais provável é que isso só se dará em janeiro, pois Camdessus e a diretoria do FMI iniciam um período de férias coletivas no dia 19 de dezembro. A chancela do FMI ao acordo depende de dois fatores: a inflação tem de ficar mais ou menos onde está nas próximas semanas para que o acordo não seja ultrapassado pela realidade e o Congresso terá de apoiar uma reforma tributária que produza um ajustamento fiscal da ordem de 4% do PIB projetado para 1992. "Nunca achamos que o Congresso aprovaria a proposta da forma como ela foi enviada", disse Parente. "Mas estamos convencidos de que o Congresso não deixará de aprovar medidas que gerem a arrecadação de que a gente precisa".

Parente disse que o déficit operacional de 1992 não será muito diferente dos 2,4% projetados para este ano. No início das negociações, ele falava em déficit abaixo de 2% no ano que vem. O programa projeta uma acentuada queda dos juros internos em 1993, que permitirá ao governo fechar suas contas com um saldo operacional de 1% naquele ano.